

A CONSTRUÇÃO SOCIAL NA PRODUÇÃO ORGÂNICA: O CASO DE SUPERAÇÃO NO ASSENTAMENTO CAPELA, RS

Dinamene
Boaventura Silva
ICA/UFMG

Frederico Antonio
Mineiro Lopes
ICA/UFMG

Helder dos Anjos
Augusto
ICA/UFMG

Deyvison Lopes
Siqueira
UNIMONTES/UFMG

RESUMO

O Assentamento Capela constitui um dos casos de sucessos na luta pela terra e na persistência da construção coletiva de produção orgânica camponesa no Sul do Brasil. A trajetória do referido Assentamento chamou atenção da comunidade acadêmica do ICA-UFMG de forma que foi proposto um momento de vivência para entender as transformações estruturais, sociais, produtivas, ambientais e políticas que ocorreram no local. O Assentamento está localizado na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. Atualmente é composta por 100 famílias, distribuídas numa área de 2.169,37 ha. Deste total, 70 estão organizadas em lotes individuais e as demais compõem o quadro da cooperativa de produção – COOPAN – existente desde a criação do assentamento. Pautados pela declaração estratégica elaborada pelos assentados, as suas ações e matriz tecnológica produtiva sempre contemplam a defesa dos ecossistemas para a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados. Atualmente, 62 famílias que fazem parte da COOPAN se uniram na mudança dos sistemas produtivos, ou seja, passaram a produzir arroz, hortaliças e animais criados a pasto sem usos de agroquímicos. Na safra deste ano, foram plantados 310 hectares e a estimativa é colher 25 mil sacas (1,250 mil toneladas). A Cooppan possui agroindústria, que beneficia em média 500 sacas de arroz por dia e garante emprego permanente a 10 pessoas. Como superação, buscou-se no assentamento desenvolver uma mentalidade e uma atitude coerente em relação à soberania alimentar e segurança nutricional. Compreendendo que a função social da terra é produzir alimentos, a COOPAN, junto com outras cooperativas do movimento na região sul do país, . O estudo sugere que a COOPAN representa, no âmbito da Reforma Agrária, uma estratégia fundamental para o acúmulo do desempenho socioeconômico das famílias assentadas.

Palavras-chave: Cooperativismo; Produção Orgânica; Assentamento; Rio Grande do Sul.

1. INTRODUÇÃO

As experiências dos assentamentos da reforma agrária têm revelado que as inserções de novas práticas de produção vegetal e animal, seja orgânica e-ou agroecológica, podem superar as formas sociais capitalistas. Isto para dizer que os movimentos sociais no campo vêm incentivando as famílias assentadas a se organizarem na produção, principalmente através da cooperação, formando Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) para conseguirem produzir melhor os alimentos sobre a terra, gerar mais renda e ter vida digna. O movimento em cima da nova matriz produtiva – a agroecologia contrapõe o modelo da agricultura convencional. Porém, junto com a agroecologia surgem novas lutas: conseguir se adequar à nova forma de produção e atender às novas exigências do mercado e da legislação. Para entender esse modo de reprodução social e econômico, este trabalho apresenta a experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA, formada por integrantes do Assentamento Capela.

Com isso, foi utilizada a combinação metodológica com a experiência participativa do Estágio Interdisciplinar de Vivência, com o objetivo de analisar e entender as transformações ocorridas no Assentamento Capela após a formação da cooperativa, especificamente no desenvolvimento dos processos produtivos agropecuários. Os métodos utilizados para a compreensão das transformações foram a observação participante, durante o Estágio Interdisciplinar de Vivência, e as entrevistas parcialmente estruturadas com os membros da cooperativa e integrantes da direção do MST (Movimento Sem Terra).

A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – Ltda (COOPAN) é uma das CPAs existentes no MST. Todas as famílias que fazem parte desta cooperativa são oriundas do trabalho familiar e com uma organização da unidade de produção camponesa de modo menos complexo. Com base nessa idéia de cooperação atrelada à nova matriz tecnológica de produção agropecuária surgiu a proposta deste estudo.

2. CONSTRUÇÃO SOCIAL: COOPERAÇÃO/COOPERATIVISMO E MATRIZ TECNOLÓGICA

As experiências no seio de MST sobre cooperação/cooperativismo proporcionam temas para a realização de vários debates nos encontros dos movimentos sociais e nas academias do Brasil. O associativismo/cooperativismo proposto nos assentamentos surge como um contraponto ao modo de produção e consumo capitalista, ou seja, representa uma prática coletiva

vista como alternativa de sobrevivência e de viabilização do modo de vida do camponês. Esta análise vem subsidiar o entendimento das contradições existentes no mundo das relações de trabalho capitalista.

2.1 COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO

De acordo com Scopinho (2007, p.2) “a cooperação e o cooperativismo são processos sociais distintos e não é de hoje que a literatura mostra que pode não haver correspondência direta entre eles”. No âmbito do MST a cooperação é vista como uma prática pedagógica para a construção do ser social. Pode ser vista como colaboração para um fim comum, ou seja, a solidariedade. Ela permite ao trabalhador rural romper com a autossuficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade. Para Schneider (1981, p.31) “o cooperativismo típico, quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada pela ‘livre iniciativa’, tende a aprofundar as desigualdades existentes”. Diante disso, nos remete a visão política do MST que combina a organização da moradia, o agrupamento das famílias em núcleos de base e a promoção da cooperação como forma de criar uma nova estrutura social no assentamento. O MST estimula diversas formas de organização da cooperação agrícola nos assentamentos, tais como: mutirões, lavouras coletivas, compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações e cooperativas para comercialização conjunta e grupos ou cooperativas de trabalhos coletivos ou semi-coletivos. A proximidade envolve também o mundo das experiências, da comunicação, da identidade e da coesão coletiva

Esta forma de cooperação é um desdobramento da associação, conforme os princípios do MST. Quando a atividade dos assentados cresce, busca-se, invariavelmente, criar um agente econômico com uma maior capacidade de agir no mercado regional. Assim, as Cooperativas de Produção Agropecuária planejam, organizam e comercializam as principais linhas de produção dos assentados em seus lotes familiares. Fica evidente no mundo dos assentamentos da Reforma Agrária que a cooperação é o conjunto de iniciativas de organização de determinados grupos sociais. No âmbito das práticas agrícolas representa uma forma de organizar a produção. Outro ponto importante a ressaltar nos assentamentos são as associações que ocorrem frequentemente nos assentamentos rurais. Elas representam a forma de organização social e de produção mais comum em áreas de Reforma Agrária.

2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E ORGANICIDADE DO CAMPO

Nascido em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil surgiu de um contexto social agrário de luta pela terra e buscando uma distribuição mais equânime de riquezas, sobretudo aos expropriados da sociedade. Segundo o próprio MST a terra e os bens da natureza são, acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território, e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade.

Todo o esforço, significado e razão de existir, desse movimento social, pauta-se pela democratização do acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção sustentável na agricultura. Desse modo, a terra tem um significado e um valor para os que vivem e trabalham nas atividades agrícolas, dependendo da terra, não se reduzindo ao aspecto monetário ou simplesmente a um fator de produção. Essa visão capitalista hegemônica vem, historicamente, engendrando a concentração das terras nas mãos poucos proprietários, bem como o acúmulo de capital por estes. A terra deve cumprir sua função social, de acordo com a Lei N. 4.504, de 30 de novembro de 1964, como dispõe sobre o Estatuto da Terra:

Artigo 2º - É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Em outras palavras, a propriedade, posse e uso da terra e dos bens da natureza devem ser subordinados aos interesses gerais do povo brasileiro, para atender às necessidades de toda a população e não aos interesses das transnacionais, e ao modelo do agronegócio que concentra riquezas expropriando as terras brasileiras e comandam o mercado de insumos e produtos agrícolas em todo mundo.

O MST têm várias bandeiras (temas) de luta: cultura, democratização da comunicação, desenvolvimento, diversidade étnica, soberania nacional e popular, reforma agrária e outros. Dentre essas destacaremos

a bandeira intitulada “Reforma Agrária é uma luta de todos”, que no ano de 1994 buscou conscientizar e engajar a sociedade na luta pela reforma agrária.

Diante do contexto atual histórico socioeconômico, a proposta do MST é por um processo de Reforma Agrária Popular, que segundo o próprio movimento: “essa proposta de Reforma Agrária Popular se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanística e ecologicamente sustentável” (MST, 2012).

Conforme as diretrizes do movimento, os camponeses não lutam apenas pela democratização da terra, eliminação do latifúndio ou pelo desenvolvimento do mercado interno. Devem lutar para poderem produzir seus próprios alimentos, comercializar excedente da produção e desenvolver o que se chama de soberania alimentar. Os assentamentos de reforma agrária ligados ao movimento buscam estabelecer novas relações de produção que fortaleçam a agricultura familiar dentro da produção agroecológica. O Assentamento Capela, por exemplo, atualmente conta com 90% de sua produção interna de arroz de forma orgânica ou ecológica como os próprios assentados costumam definir. Este trabalho proveniente do Estágio Interdisciplinar de Vivência teve como objetivo analisar as transformações ocorridas no Assentamento Capela após a formação da cooperativa.

3. METODOLOGIA

O ponto de partida deste trabalho foi analisar as transformações ocorridas no Assentamento Capela após a formação da cooperativa. Assim, foi escolhido como local de estudo a COOPAN e, como sujeitos da pesquisa, todos os seus cooperados. Para isso a opção metodológica adotada foi baseada na observação participante no Estágio Interdisciplinar de Vivência e na pesquisa qualitativa.

O Estágio Interdisciplinar de Vivência tem por base alguns princípios que orientam a sua organização, sendo os pilares do projeto. Entre eles destacam-se os compromissos com a interdisciplinaridade, uma vez que sua proposta compreende que as diferenças estabelecidas entre as diversas áreas do conhecimento são apenas distinções didáticas, as quais não afastam essas áreas de um contato amplo com a realidade. O processo da vivência foi caracterizado por um processo de conscientização no sentido de interconexão dos saberes. Aqui o fundamental é a interação entre os indivíduos, haja vista as diferenças e distintos acúmulos e saberes para construção coletiva. O estágio de vivência durou 40 dias consecutivos e contemplou visitas de campo, caminhada ecológica, reuniões, eventos locais, pernoites em domicílios particulares e cerimônias religiosas, ou

seja, algo muito similar à observação participante e aos métodos antropológicos e etnográficos.

Na parte da pesquisa qualitativa propriamente dita, foi aplicado um roteiro de perguntas com intuito de captar informações pertinentes às formas de organização e a evolução dos sistemas de produção da cooperativa. Marconi (2001, p.6) revela que “este tipo de pesquisa é usado quando se deseja abordar aspectos de análises e interpretação de fenômenos atuais”. Para a coleta de dados foram utilizados procedimentos como: entrevistas pré-estruturadas com uso de gravador, conversas informais com os cooperados, filmagens, anotações de campo, visitas aos setores e fotografias. O critério de escolha dos entrevistados se deu a partir da função exercida dentro da cooperativa, bem como sua referência dentro do grupo. A entrevista foi realizada com cooperados, estagiários aprendizes em processo de se tornarem cooperados, jovens e filhos de cooperados que estão na categoria de aprendizes juvenis. Essa denominação é dada pela cooperativa, ex-cooperados e parceiros.

Contudo, este trabalho fundamenta-se em um estudo de caso, recomendado quando se deseja analisar, compreender os processos ou uma situação particular que acontecem no interior de uma organização. De acordo com Hartley (1995) citado por Godoi (2006, p.120) o estudo de caso:

[...] consiste de uma investigação detalhada, frequentemente com dados coletados durante um período de tempo, de uma ou mais organizações, ou grupos dentro das organizações, visando prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em questão (1995, p.208-209).

A sistematização dos dados eram feitas logo após o final de cada entrevista. As transcrições das fitas foram sendo organizadas conforme os temas das entrevistas. Após finalizar todas as entrevistas foi elaborada a análise do conteúdo e das falas. As respostas foram organizadas segundo a ordem cronológica dos acontecimentos históricos e das experiências dos próprios assentados cooperados. Esse procedimento contribuiu significativamente para facilitar a compreensão do processo histórico de desenvolvimento da cooperativa e suas recorrentes transições.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O ASSENTAMENTO CAPELA

O assentamento Capela possui 2.169,37 ha, locali-

zado no município de Nova Santa Rita pertencente à microrregião Porto Alegre e mesorregião Metropolitana de Porto Alegre nas proximidades da rodovia BR-386, e, estrategicamente, no Vale dos Sinos. O assentamento fica a 15 Km na direção norte de Nova Santa Rita e conta com 100 famílias assentadas totalizando mais ou menos 500 pessoas divididas em 4 núcleos: Barragem, Santa Clara, Santa Maria e COOPAN. Das 100 famílias assentadas 70 estão organizadas em forma de lote individual de produção. As demais compõem o quadro da COOPAN, cooperativa existente desde a criação do assentamento e que há 14 anos produz arroz orgânico.

O assentamento Capela foi criado em 1994 depois de dois anos de ocupação pelos trabalhadores rurais da região. Os documentos revelam a existência de 900 hectares com benfeitorias como: estradas, pontes, cercas, canais de irrigação e drenagens.

Atualmente o assentamento está organizado por núcleos, na quais agregam as famílias por afinidades e por setores de produção. Os núcleos funcionam como uma esfera de coordenação política, enquanto os setores cuidam da produção e da organização política do assentamento. Cada núcleo tem um coordenador e o assentamento tem um coordenador geral.

4.2 A COOPAN

A COOPAN é uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária), que segue a orientação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundada e localizada dentro do Assentamento Capela. Está localizada na Estrada Proálcool s/nº, Assentamento Capela, Nova Santa Rita-RS, à 45 km de Porto Alegre. O MST desde sua origem já discutia e defendia uma organização produtiva voltada aos princípios da cooperação. No final da década de 1980 e no início dos anos 1990, foram realizadas discussões prioritárias sobre a cooperação nos acampamentos, “para criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Decide-se avançar as formas de cooperação agrícola. Em 1990 a CPA passa a ser defendida como uma etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital” (CERIOLI e MARTINS, 1998, p. 31).

Sendo fundada legalmente em 1995, a COOPAN já era tema de discussão das famílias desde a época de acampamento, nos anos de 1989 a 1994. A luta não era somente pela conquista da terra, mas também pela sobrevivência com dignidade. Ao serem assentadas no ano de 1994, as famílias do assentamento Capela foram aos poucos colocando em prática o que já vinham discutindo e construindo. Assim, “a experiência de trabalhar e viver em coletivo é uma das formas mais complexas de cooperação que

vem sendo praticada no MST, fazendo com que as pessoas sejam mais solidárias” (MST, 2012, p. 27).

A Cooperativa que iniciou com 50 cooperados é a responsável por uma parte significativa das mudanças ocorridas no assentamento Capela. Desde mudanças simples que vão de uma boa convivência e parceria com os ex-sócios assentados até a conscientização da necessidade de produzir sem uso de agrotóxicos. Do total de produtores de arroz e outras culturas, existentes hoje no Capela, cerca de 80% já produzem agroecologicamente, 10% estão em estado de transição e os 10% restantes segundo relatos dos próprios assentados estão indecisos.

A COOPAN é uma CPA de base familiar baseado na coletividade, onde cada família assentada e cooperada não fica restrita em seu lote, em que estas optaram por se organizarem numa área onde se deu a formação da agrovila que compõem as casas onde moram os cooperados, a creche (chamada pelo MST de ciranda) e o escritório. A cooperação surge também como um meio de enfrentar as dificuldades do aumento da produtividade nos assentamentos visto que o trabalho coletivo tem forças para enfrentar o modelo convencional de produção, uma vez que,

Como consequência constata-se baixa produtividade na produção e lavoura agropecuária desenvolvida nos assentamentos. Para enfrentar esse quadro de dificuldades o movimento buscou implementar formas de cooperação entre os agricultores, de tal maneira a poder alcançar maior grau de organização e resistência aos avanços da dinâmica capitalista sobre os pequenos agricultores (MANUAL DO ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS SOCIAIS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, 2004, p.5).

A cooperativa trabalha com as seguintes linhas de produção: criação de suínos que foi uma das primeiras linhas de produção da cooperativa; abatedor de suínos, sendo o setor que mais absorve mão de obra na cooperativa; setor do leite que é responsável pela produção do gado leiteiro, sendo que no momento atual estão tentando implementar a produção de leite orgânico a base de pasto; e o cultivo de arroz orgânico. A principal linha de produção do assentamento é o arroz, que possui aproximadamente 600 hectares, pela própria característica da área que é propícia para esta produção, sendo áreas de baixa e grandes várzeas de banhado, ocasionando no inverno enchentes do Rio Caí, propícia para essa cultura de verão.

Atualmente a COOPAN planta 220 hectares de arroz orgânico na área própria e 50 hectares em parceria com outras famílias assentadas. O MST acredita que a função social do assentamento é produzir alimentos, para que assim possa eliminar a fome do meio das famílias camponesas buscando em cada assentamento desenvolver uma mentalidade e uma atitude coerente em relação à soberania alimentar. O modelo de agricultura imposto pelo agronegócio transformou a agricultura que deixou de priorizar a produção de alimentos e matérias-primas que sustentasse o povo e o desenvolvimento urbano-industrial para se transformar numa imensa fazenda de exportação de *commodities*.

A atual discussão e defesa do movimento e das classes sociais menos favorecidas como pequenos e médios agricultores rurais, agricultores familiares e as famílias sem terra é pela adoção de um modelo de agricultura que implemente a democratização da terra e a produção orgânica ou baseados nos princípios da agroecologia. Tudo isso visando a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, que possa fornecer renda aos agricultores e gerar qualidade de vida no meio rural.

4.2.1 TRANSIÇÃO PARA PRODUÇÃO ECOLÓGICA SUSTENTÁVEL

A COOPAN é composta por famílias oriundas do norte do estado do Rio Grande do Sul: descendentes de alemães, italianos, polacos, mestiços e caboclos, sendo, no entanto, a maioria de origem italiana e cabocla. As culturas agrícolas dessas famílias eram o feijão, milho e soja, o que na área da COOPAN não deu certo por causa da topografia diferente da região de origem destas famílias. Havia muita umidade no local e faltava acúmulo de experiência para o cultivo destas culturas.

O auxílio veio por meio de assessoria externa de profissionais que contribuíram para o desenvolvimento inicial da COOPAN. Eram profissionais da área de administração, agrônomos e técnicos que ajudaram organizar o planejamento da cooperativa, da produção e das culturas apropriadas àquele tipo de terreno e demais condições edafoclimáticas, enfim, projetos que contribuíram na consolidação da cooperativa.

Essa assessoria continua atualmente através da CONCRAB, Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS, da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) e Cooperativa Regional dos Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). Contam também com o apoio de parceiros como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de San-

ta Maria, Universidade do Vale dos Sinos e outras. A produção de arroz iniciou-se em 1995, cultivado através do modo tradicional de produção; contudo, este modelo mostrou-se inviável, sendo necessário criar um modo de produção que estimulasse o trabalho coletivo e que fosse competitivo no mercado.

Baseado nas linhas de estudo da produção sustentável que o MST vinha promovendo, a COOPAN começou, a partir 1998, o processo de mudar toda sua produção de arroz através do modo convencional para a produção orgânica livre de agrotóxicos. A mudança surgiu de debates internos dos dirigentes da cooperativa junto ao seu corpo de cooperados visto que sua declaração estratégica já propunha esta mudança: “defesa dos ecossistemas para a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, tendo por base os princípios do MST” (Agricultor 1, 2011).

O primeiro passo nesse processo de transição foi sempre o convencimento das famílias assentadas na COOPAN e outros assentamentos acerca da necessidade de mudança de modelo tecnológico e produtivo. Esta proposta se confrontava diretamente com as experiências anteriores desenvolvidas nos próprios assentamentos, onde se reproduziu o modelo dominante de agricultura, adequado aos grandes produtores, focado no uso de insumos químicos e genéticos agressivos ao meio ambiente e controlados por grandes empresas, em geral transnacionais.

A região da Grande Porto Alegre vem se apresentando como referência para as famílias assentadas por seu processo de construção coletiva de agricultura sustentável sob a perspectiva agroecológica de produção. Os princípios e os métodos ecológicos formam a base da agroecologia onde esta pode ser compreendida para além de uma disciplina científica que estuda o agroecossistemas, sendo que ela fundamenta os princípios e os métodos ecológicos nos processos de base da agricultura sustentável (ALTIERE, 1989).

De acordo com o presidente da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCE-ARGS) Émerson Giacomelli, na grande região de Porto Alegre estão envolvidos na produção de arroz de base agroecológica, um total de 428 famílias que desenvolvem suas atividades em 3.880,57 ha de arroz orgânico em áreas coletivas e individuais, gerenciadas por cooperativas, associações e grupos de produção, coordenadas por um grupo gestor que tem um representante em cada grupo. Estes têm uma área total no processo de certificação do arroz orgânico de 6.695,1 ha, abrangendo um total de 11 municípios e 16 assentamentos com uma produção estimada de 344.627,88 sacas.

A COOPAN domina todo processo produtivo do arroz orgânico, desde o preparo do solo até a comercialização do mesmo. Possui um silo com capacidade de armazenamento de 90 mil quilos de arroz e disponibilidade de estrutura para secagem, armazenagem, recebimento e beneficiamento. Tais procedimentos contribuem para agregar valor ao produto final e garantir renda digna para as famílias cooperadas.

Muitos assentados que trabalham em seus lotes individuais antes desta concepção de produção orgânica e sustentável produziam alimentos e o próprio arroz de modo convencional, ou seja, usando agrotóxicos. Hoje estes assentados são parceiros da COOPAN no setor de arroz. Mudaram toda sua concepção de produção baseada no uso de agrotóxicos para o manejo ecológico a fim de produzir um arroz mais saudável e obter sua certificação de produção orgânica para formar esta parceria com a cooperativa. A certificação é fornecida pelo Instituto de Mercado Ecológico (IMO), de origem Suíça, com sede em São Paulo. A IMO-Control do Brasil realiza as inspeções nos assentamentos com a finalidade de analisar o controle da qualidade ambiental e social, dando ênfase na agricultura orgânica.

Essa certificação trouxe mudanças significativas para o assentamento Capela, onde todos os produtores de arroz, parceiros da COOPAN ou não, foram se conscientizando da importância de cuidar mais do meio ambiente e produzir alimentos mais saudáveis. Atualmente o assentamento Capela conta com 90% de arroz produzido de modo orgânico por produtores cooperados e individuais.

Pode-se perceber, por meio da análise dos dados coletados na pesquisa e nas observações durante o estágio de vivência, que a COOPAN, desde sua fundação em 1995, vem sofrendo várias alterações, de contexto estrutural físico, político, econômico e social, todas oriundas de necessidades debatidas de forma participativa, onde os cooperados são os atores responsáveis pelas decisões. A cooperativa trouxe a seus cooperados uma visão de coletividade, cooperação e responsabilidade social e ambiental que traz benefícios não somente aos cooperados, mas a todo o assentamento.

Tudo isso é resultado de discussões internas da COOPAN e do MST que perceberam a necessidade de adequarem suas ideologias com uma prática que garantisse a sobrevivência e a geração de ocupação e renda das famílias. A perspectiva ideológica e da práxis dessas organizações buscam valorizar a agricultura sustentável e a produção de alimentos saudáveis adequadas aos ecossistemas e culturas locais, rompendo com a monocultura e o uso dos agrotóxicos.

A decisão para a mudança do modo de produzir convencional para o modo de produção orgânico não trouxe apenas benefícios de preservação ambiental do ecossistema existente no assentamento, trouxe uma alternativa de garantia de renda fixa para os cooperados e parceiros que produzem arroz com a certificação de orgânicos. Esta certificação de produção orgânica desenvolveu nos produtores outra percepção de produção, criando assim uma visão de responsabilidade social e ambiental mais voltada para sustentabilidade.

A sustentabilidade vem sendo alcançada através das lutas diárias de conscientização e que podemos associá-la à concepção de Caporal (2007): “a sustentabilidade não é algo estático ou fechado em si mesmo, mas faz parte de um processo de busca permanente de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas” (CAPORAL, 2007, p.85).

A produção de alimentos mais saudáveis busca não somente a garantia de uma soberania alimentar, mas também atender ao mercado interno. Produtos orgânicos estão na lista de preferências da crescente demanda de consumidores que estão surgindo, advindos da necessidade de cuidar melhor da saúde e do bem-estar, desejosos de alimentos e produtos que tenham qualidade, sejam saudáveis e que preservem a natureza. Esses consumidores mais esclarecidos estão dispostos a pagar um preço justo por um produto orgânico de qualidade.

Com a agroindústria localizada próximo ao local da produção, a COOPAN consegue manter a qualidade da matéria-prima, por estar próxima das lavouras de arroz. A colheita, o transporte e todo o processo de beneficiamento é feito pela própria cooperativa. Isso possibilita ao final da cadeia produtiva maior agregação de valor ao produto. Esse processo é importante, pois a cooperativa o domina por completo, desde o plantio e a colheita até a comercialização, garantindo assim renda para os produtores viverem com dignidade da sua produção.

A cooperação no assentamento Capela não surgiu apenas como uma estratégia de resistência e luta para se manter na terra, configura-se num modo de vida dos assentados. Os membros da cooperativa vivenciam nos desafios do dia a dia a coletividade e a cooperação como um elemento da fé que os mantém ligados uns aos outros. Desse modo, obtêm força e motivação para acreditarem e manterem os seus princípios ideológicos e os seus valores éticos. Baseado no lema político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil “ocupar, resistir, produzir”, pode-se perceber a força dos processos de mudanças ocorridas no assentamento Capela, onde esta consigna foi o substrato para o proces-

so de moldagem e de afirmação da cooperação da COOPAN.

5. CONCLUSÃO

Ao buscar observar como as famílias cooperadas, as parceiras e as não-associadas à COOPAN se organizam e como esta organização trouxe e traz mudanças na matriz tecnológica de produção agropecuária no assentamento Capela, a pesquisa constatou que a idéia da cooperação entre os assentados, foi o fator de maior relevância e responsável pela consolidação exitosa do assentamento.

A formação da cooperativa no assentamento se deu principalmente pela intervenção e ações de extensão do MST ao incentivar a cooperação como elo fundamental para a organização solidária. Pode-se constatar que o grupo, após a formação da cooperativa e durante o processo de estruturação da mesma, enfrentou dificuldades nos primeiros anos, teve que aprender a viver em comunidade, a produzir de maneira adequada a seu contexto atual e geográfico, a enfrentar as dificuldades financeiras e estruturais físicas do próprio assentamento, sem contar com a devida apoio assistência das entidades públicas e a ter que esperar o retorno financeiro investido na cooperativa sem desanimar.

A COOPAN trouxe aos cooperados, parceiros e assentados não-cooperados a oportunidade de promoção do desenvolvimento local sustentável. Mesmo tendo um retorno de sobras lento, o crescimento da cooperativa trouxe benefícios em longo prazo aos seus cooperados e parceiros, como a aquisição de maquinários e automóveis para produção, poder de barganha na compra dos mesmos, trabalho coletivo que ajudou a reformar a casa dos cooperados, criação de uma cozinha coletiva onde todos os cooperados podem almoçar e creche para os filhos enquanto os pais realizam suas atividades diárias.

Além de melhorias de vida no quadro dos cooperados a COOPAN também trouxe benefícios ao assentamento como um todo. A transição agroecológica mostra como foi feita esta mudança que não ocorreu apenas da boa vontade, mas de uma necessidade de uso racional dos métodos de produção, tendo como base a preservação do meio ambiente, e na estratégia da busca por maior competitividade no mercado local por meio da inserção de produtos agroecológicos cada vez mais demandados pelo mercado regional.

Por fim, a cooperação como benefício pode ser observada em vários pontos do assentamento, onde encontramos parceiros e simpatizantes que consomem os produtos COOPAN por confiarem na pro-

cedência e por saberem que são produzidos sem agrotóxicos, sem exploração do trabalhador e disponibilizadas a um preço justo. É importante ressaltar também que o papel do Estágio Interdisciplinar de Vivência proporcionou o entendimento do contexto rural, pois reduziu o distanciamento da realidade rural do Assentamento Capela em relação ao olhar sobre o espaço rural brasileiro. A vivência privilegiou a formação acadêmica e militante dentro da abordagem do campesinato sul brasileiro e das estratégias de afirmação territorial, seja por meio de reprodução social, seja pela adoção de alternativas de produção.

LITERATURA CITADA

a) Livros:

ALTIERE, Miguel. A, Agroecologia: as bases científicas de Agricultura alternativa. Tradução de Patricia Vaz. 2ª Ed.- Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989

CAPAROL, F. R.; COSTABEBER, J. A., Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p,85.

CONCRAB, Manual do Acompanhamento das Empresas Sociais dos Assentados de Reforma Agrária, Brasília: CONCRAB, 2004.p,5.

FRANCHETI, A.; ZAMBERLAM, J. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente- 3.ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

GODOI, C. K.; MELO, R. B., SILVA, A. B. (organizadores), Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos – São Paulo : Saraiva. CONCRAB, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados - São Paulo: Atlas, 2001.p,6.

PINHO, D. B. (1982) O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. São Paulo: BRASCOOP Fundação Brasileira de Cooperativismo, 1982.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R.

Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1981.p,31.

b) Trabalhos em anais de congresso:

CERIOLO, P.; MARTINS, A. Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo: CONCRAB (caderno de cooperação agrícola nº 5). 1997. p,31.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. Revista de Psicologia & Sociedade. vol.19 Nº Especial. Porto Alegre, 2007.p,2.

d) Internet:

<<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/334/80>> . Acesso em 10 de maio de 2012